

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

apresentado pelo Dr. Moacir Teixeira de Aguiar

ao Ex.^{mo} Sr. Governador Paulo Sarasate Ferreira Lopes

durante a sua gestão na Diretoria de Fiscalização e

Orientação do Ensino.

(18-4-56 a (12-4-57)

I- Plano de reestruturação administrativa da nossa Secretaria de Educação e Saúde, feito em colaboração com os demais diretores desta Pasta, e, posteriormente, transformado em ante-projeto de lei pela inteligência perscrutante e pela fina sensibilidade do Dep. Liberato Moacir de Aguiar.

Sem poder sobrecarregar as finanças públicas do Estado ou desconhecer situações de fato aqui existentes, o plano procura, pelo menos, corrigir três erros essenciais de nossa organização burocrática:

- o excesso de centralização administrativa;
- a falta de articulação entre as várias atividades administrativa e pedagógicas de suas diretorias;
- o erro da transformação de órgãos especificamente destinados à direção e orientação do ensino (órgãos de fins) em órgãos de caráter puramente administrativo (órgãos de meios)

O ante-projeto do Dep. Liberato Moacir de Aguiar traduziu magnificamente em forma jurídica a estática do plano, escapando-lhe, todavia, aspectos essenciais do seu funcionamento e de sua dinâmica, o que, poderia desviá-lo dos objetivos que orientaram a sua elaboração.

O plano-programa poderá sofrer modificações, desde que se preveja a sua configuração essencial, que se resume na descentralização relativa dos serviços, na articulação de suas Diretorias no ajustamento dos órgãos especificamente destinados à orientação do ensino aos seus objetivos primordiais.

II- Levantamento estatístico do ensino normal da Capital e do Interior, cujos dados numéricos, traduzidos em tabelas e gráficos, permitem um conhecimento global da realidade escolar do curso de formação de professores.-

a) número de estabelecimentos de Ensino Normal na Capital e no Interior (29 estabelecimentos do ensino normal, sendo 17 na Capital e 12 no Interior)

b) movimento geral da matrícula em todo o Estado (1894 alunos em todo o Estado, sendo 1374 na Capital e 520 no Interior);

c) movimento da matrícula em cada série do currículo normal em todo o Estado;

d) movimento da matrícula em cada série de cada estabelecimento de Ensino Normal;

e) quadro numérico de estabelecimentos de Ensino Normal dirigidos ou não por ordem religiosa (18 estabelecimentos dirigidos por religiosas e 10 por leigos);

f) número de diplomadas das Escolas Normais, oficiais e particulares do Estado, em 1956 (568 diplomadas, sendo 441 na Capital e 127 no Interior);

g) quadro referente ao movimento de aprovações e reprovações nos exames de admissão, promoção e conclusão do curso.

III- Pequenos seminários de professores, realizados em maio e junho do ano passado no Instituto de Educação Justiniano de Serpa e durante os quais os problemas do Ensino Normal do Estado foram devidamente analisados, debatidos e diagnosticados.

Dêste trabalho de equipe que tão bem aferiu de nossas possibilidades culturais e técnicas, participaram vultos de mais alta expressão de nosso magistério normal: professores Luiz Sucupira, Lauro Oliveira Lima, Álvaro Craveiro, José Denizard Macêdo de Alcântara, João Filgueiras, Josué Leitão, etc.

IV- Ante-projetos de reestruturação do Ensino Normal do Estado, elaborados e debatidos em mesas redondas dos seminários de professores. Entre êles, merecem especial destaque os ante-projetos dos professores Lauro Oliveira Lima, fundamentado em novos princípios de filosofia educacional; João Filgueiras Lobo procurando reajustar a Lei Orgânica às nossas realidades sociais; Josué Leitão, sugerindo o aumento do número de séries do currículo normal.

V- Estágio de 300 professorandas em diversos Grupos Escolares da Capital, visando a um conhecimento mais perfeito da realidade escolar do nosso meio. Participaram do estágio as diplomadas das seguintes Escolas Normais: Sta. Cecilia, Nossa Senhora das Graças, Sagrado Coração (Dorotéias), Nossa Senhora de Lourdes, Sta Lucia, Juvenal Carvalho, São João, Sta. Isabel, Farias Brito, Lourenço Filho, Imaculada Conceição, Agapito dos Santos e Sta. Rita (Maranguape).

VI- O 1º seminário de professorandas, realizado a 31 de outubro de 1956 no auditório da Escola Normal N. Sra. de Lourdes visando, incentivar na nova geração de professoras o espírito de pesquisa, de análise e de crítica.

A mesa redonda integrada das professorandas: Maria Ismene dos Santos Soares da Escola Normal Imaculada Conceição; Helena Pitombeiras da Escola Normal Agapito dos Santos; Olga Nunes da Escola Normal Lourenço Filho; Helenira Cavalcante Leite da Escola Normal Imaculada Conceição; Maria Socorro Brito da Escola Normal N. Sra. do Sagrado Coração e Célia Jácome Gurgel da Escola Normal N. Sra. de Lourdes e tendo como orientadora dos trabalhos a prof. Marilde Saraiva Cavalcante debateu os principais problemas do ensino normal trazendo a viva voz o autêntico testemunho daquelas que mais de perto viveram e sentiram as suas deficiências e dificuldades;

As conclusões deste Seminário entregues pessoalmente ao Governador Paulo Sarasate que democraticamente participou dos debates públicos sugerem uma reestruturação do ensino normal do Estado, capaz de sanar as graves falhas nele existentes.

VII- O plano de recuperação do Ensino Normal, como uma etapa preliminar de uma posterior reforma de base, que modificasse os fundamentos, estrutura e objetivos do ensino normal do Estado.

Sugerindo critérios para a formação técnico-profissional do professor do ensino normal, alterando em vários pontos, a sua organização curriculares, ajustando-a aos verdadeiros objetivos de um curso de formação de um professor primário, o Plano de Recuperação do Ensino Normal pretende ser uma solução exequível embora provisória nas atuais condições culturais, técnicas e econômicas do Estado.

VIII- Biografia do prof. José de Barcelos, pioneiro do ensino normal no Ceará, e 1º Diretor do nosso atual Instituto de Educação Justiniano de Serpa, o qual ficou devendo ao seu idealismo e ao espírito de luta o sopro generoso de sua vida e de sua tradição histórica.

IX- Levantamentos, inquéritos e pesquisas pedagógicas referentes à atual situação do Ensino Primário do Estado e cujas conclusões seriam indispensáveis ao planejamento racional, objetivo e científico de uma reforma da escola de grau elementar no Ceará.

As referidas pesquisas compreendem:

a)- Inquérito pedagógico, realizado em Grupos Escolares das mais variadas regiões do Estado, perquirindo a organização curricular, a composição das classes, métodos de ensino, horários, conteúdo programático, aplicação de testes, etc. etc.

A amostragem das unidades escolares é significativa: 63 escolas graduadas, das quais quase tôdas Grupos Escolares;

b)- Pequenas entrevistas com professoras primárias para esclarecimento minucioso de situações escolares e didáticas difficilmente aprendidas pelo método investigação coletiva, e, para controle das respostas constantes no inquérito do item anterior;

c)- colheita de provas de junho e dezembro de 56 das várias séries dos Grupos Escolares de todas as regiões do Estado, o que constitue precioso material de observações, perquirimento e estudos da realidade escolar em nossa terra;

d)- colheita de cadeiras escolares das várias séries integrantes do currículo primário, compreende grupos, escolas reunidas e escolas auxiliares, da capital e do interior do Estado.

X- Estas pesquisas traduzidas em tabelas e gráficos estatísticos retratam, tanto quanto possivel, a situação real do ensino primário e pré-primário.

Os resultados das pesquisas revelaram dolorosa situação, como passamos a ver:

a) os Jardins de Infância da Capital e do Interior, salvo rerríssimas exceções, afastam-se, cada vez mais, de suas finalidades específicas.

Absorvidos pelo espírito da escola primária, os nossos Jardins de Infância transformaram-se em classes destinadas a proporcionar às crianças de 4 a 6 anos a aprendizagem prematura das técnicas elementares da leitura, da escrita e do cálculo.

A pesquisa abrange 25 Jardins de Infância, sendo 10 na Capital e 15 no Interior.

b)- Concentração de alunos matriculados no 1º ano contrasta com a rarefação do efetivo escolar nas séries superiores do currículo, como consta do anexo A.

c)- A organização curricular da nossa escola primária encarada do ponto de vista de sua graduação em séries, apresenta uma situação anômola senão francamente patológica. Na Capital, apesar da alfabetização prematura proporcionada pelos Jardins de Infância, o 1º ano primário se divide em 3 (três) sub-séries, quando não em 4. No Interior, mais de 50% de nossas unidades escolares graduadas possuem um 1º ano sub-dividido em 4, quando não em 5 sub-séries (1º ano A,B,C,D,E)

d)- As disciplinas integrantes do currículo primário se, circunscrevem efetivamente a linguagem, iniciação matemática, ciências sociais e ciências naturais. As atividades referentes a trabalho manual, canto e música, recreação e jogos e desenho não se integram na vida diária de nossa escola elementar. Dispositivos e normas da Lei Orgânica do Ensino Primário contrastam com as realidades educacionais de nossa rede escolar.

e)- As unidades escolares primária do Estado, salvo raríssimas exceções, não utilizam testes ou quaisquer outros métodos científicos de indagação da conduta ou do comportamento infantil.

As nossas pesquisas na parte relativa aos testes possivelmente utilizados em nossas escolas, se referem principalmente aos testes ABC, tipo Stanford-terman.

f)- Os dados numéricos relativos aos métodos de ensino, inclusive na Capital do Estado, revelam elevado percentual de unidades escolares que utilizam o método alfabético na aprendizagem da leitura e da escrita. Embora em índice menos elevado inúmeras professoras aplicam métodos globais, vaiando as preferências entre sentencição, palavrção ou método fônico.

As tabelas e gráficos anexos revelam o índice destas preferências.

g)- As classes são organizadas sem atendimento a critérios específicos salvo, em parte, ao nível do conhecimento. Na capital do Estado, os quadros estatísticos retratam em classes do 1º ano de Grupos Escolares da zona urbana alunos com idade cronológica entre 6 e 15 anos. No Interior, os dados da pesquisa mostram a despreocupação, para efeito de matrícula, com a idade cronológica da criança.

h)- Os programas oficiais do ensino primário recomendados por esta Secretaria desde 1950, apesar de seu caráter experimental não parece ter tido a difusão de que se era de esperar. Notam-se, ademais, profundas divergências na escolha do programa adotado. Esta falta de unidade de orientação dos programas adotados, não traduz uma sadia liberdade de organização curricular ou programática, mas aspecto mais ou menos indefinido e amorfo de nosso ensino primário, na Capital e no Interior

i)- Os horários escolar nas unidades graduadas ou isoladas da Capital oscila entre 3 hs. e 3 hs. e meia. No interior, o inquérito revela um percentual significativo dos estabelecimentos com horário escolar de 4 horas.

Em referência ao número de turnos os dados revelam em Fortaleza, um índice de 44% de Grupos Escolares com 2 turnos, 48% com 3 turnos e 8% com 4 turnos.

No Interior, os Grupos Escolares salvo uma ou outra exceção, possuem entre 1 e 2 turnos.

XI- Planejamento dos trabalhos referentes à reorganização da escola primária cearense elaborado em consequência de estudos, inquéritos e pesquisas realizados em 1956 pelo D.F.O.E.

O êxito deste planejamento pressupõe a imediata realização de um trabalho de recuperação do ensino normal, constante do Plano de Restruturação, cuidadosamente organizado pela nossa Diretoria. Sem uma firme determinação do Govêrno de reorganizar o ensino normal, cujo currículo oficial prescinde de disciplinas e atividades básicas, como Prática do Ensino, Artes aplicadas e Recreação e Jogos, todo o movimento de reforma do ensino primário será uma obra de carater essencialmente demagógico.

O planejamento do trabalho de recuperação do ensino primário concentra, pelo menos, durante 2 (dois) anos, como etapa inicial de trabalho sério e construtivo os seus esforços de orientação técnico-pedagógico, em alguns pontos essenciais, como passamos a vêr:

a)- reorganização das classes de 1º ano ou de iniciação da aprendizagem primária, cuja vida curricular, sem uma orientação pedagógica definida, dia a dia, no cáos de uma grave crise educacional;

b)- preparo especializado do corpo de diretoras de nossos Grupos Escolares e Escolas Reunidas da Capital e do Interior, aperfeiçoando os seus conhecimentos de administração escolar e atualizando a sua cultura pedagógica.

Objetiva-se superar a fase rotineira e empírica de nossa política administrativa escolar e, assim, suprir as falhas decorrentes da ausência de cursos especializados de administração escolar no Instituto de Educação Justiniano de Serpa.

c)- Orientação pedagógica extensiva ao magistério cearense, em geral, embora nesta etapa inicial, não se possa dar uma assistência a cada unidade escolar.

XII- A D. F. O. E. organizou os programas de dois (2) cursos: de alfabetização e de direção, em intima colaboração com o I.N.E.P.

Esses cursos realizar-se-iam, em Fortaleza, no período de trinta (30) dias, com auxílio de técnicos e educadores especializados. Os programas foram, em tempo oportuno, remetidos ao Ex^{mo}. Sr. Secretário, por ofício nº 9/57.

As necessidades prementes de nosso planejamento para 1957 exigiam imediata realização destes cursos intensivos de preparo de professoras de 1º ano ou de classes de iniciação da aprendizagem primária, afim de aproveitar para o presente ano letivo a orientação pedagógica por êles estabelecidos.

XIII- Curso Intensivo de Professoras de 1º ano, visando criar ambiente favorável à receptividade das experiências educacionais programadas pela D.F.O.E., assim como estimular:

- a)- o trabalho de reorganização das classes de 1º ano;
- b)- aplicação dos testes ABC, de Lourenço Filho;
- c)- Integração das atividades referente a desenho, trabalho manual, canto e música nas classes iniciais do currículo primário;
- d)- revisão dos conhecimentos sobre os quais são fundamentais os métodos globais e de sua aplicação na vida diária da Escola.

Este curso, realizado nos dias 20, 21, 22 e 23 de Fevereiro pp. no auditório do Instituto de Educação, recebeu valiosa cooperação da professora Zilda Martins Rodrigues, a quem se deve o êxito dos resultados objetivos e práticos alcançados: criar no nosso professorado um clima de compreensão intelectual favorável à receptividade dos trabalhos referente à orientação do ensino primário.

Difícilmente, no Ceará, uma educadora, com sólida formação pedagógica, da Prof. Zilda Martins Rodrigues, poderia transmitir às suas colegas de magistério, o insubstituível testemunho de suas próprias experiências educacionais, acumuladas em sucessivos anos de atividades escolares, todos êles dedicados à criança cearense e à escola primária de nossa terra.

XV- Início dos trabalhos de orientação do ensino, propriamente dito cujas atividades se concentraram, a título de experiência nos seguintes grupos da Capital. Presidente Roosevelt, Rodolfo Teófilo, Visconde do Rio Branco, Prof. Moreira de Souza e Juvenal Galeno.

De acôrdo com o planejamento elaborado, o serviço de orientação do ensino realizou:

a)- reorganização curricular restringindo a gradação das classes iniciais em classes de alfabetização e 1º ano e, conseqüente eliminação das 3 ou 4 sub-séries em que habitualmente se dividiam;

b)- limitação da matrícula nas classes de alfabetização a 25 alunos, a qual costumava, em anos anteriores, salvo algumas exceções de atingir a 40 e 50 crianças. Por sugestão das diretoras, permitiu-se uma fixa de tolerância até 30 alunos;

c)- organização das classes iniciais atendendo à idade cronológica, com o que não se objetiva o estabelecimento de rígidos critérios de homogenização, mas evitar as dificuldades didáticas de classes com alunos de 6 a 15 anos; inclusive nos melhores grupos escolares da Capital.

d)- aplicação dos testes ABC de Lourenço Filho, em todos os grupos experimentais e em outros estabelecimentos de ensino.

No ano passado, o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, dirigido pela inteligência e dedicação da Prof. Maria Luiza Avelino Sidou, era o único estabelecimento que aplicava testes ABC nas classes iniciais.

e)- preparo da cartilha visando favorecer a aprendizagem global da leitura e da escrita, e na qual se integraria as atividades referentes ao canto e música, recreação, desenho e trabalhos manual;

f)- organização de um guia de orientação para as classes de alfabetização e 1º ano constituindo uma espécie de síntese de diretrizes programáticas ajustadas a nova estruturação curricular.

Os trabalhos de orientação de ensino estão sendo coordenados pela Prof. Noemi Costa Aderaldo, cuja inteligência, conhecimentos pedagógicos e dedicação ao trabalho não podem deixar de reconhecidos por esta Diretoria (Vide anexo)

XVI- Aquisição de cartilhas, coleção de quadros ilustrativos, cartazes e material didático necessário a execução dos trabalhos de orientação do ensino dos Grupos experimentais.

XVII- Os trabalhos de Inspeção do ensino cuja deficiência são de amplo conhecimento do govêrno receberam na Capital a nossa imediata assistência. Sem distinção políticas de quaisquer espécies prestigiamos a ação dos Srs. Delegado do Ensino na Capital do Estado.

A moralidade administrativa constitui o principal objetivo de nossa ação neste setor.

Estabeleceu-se uma nova divisão das escolas localizadas nas três (3) regiões do ensino com sede em fortaleza. Substituiu-se a antiga divisão que reunia artificialmente uma mesma zona de ensino escolas dispersas e variadas numa nova divisão baseada no critério geográfico: Praia de Iracema, Mucuripe e Aldeota (1ª Zona); Benfica, Parangabuçu e Parangaba (2ª Zona); Joaquim Távorá, Aerolândia e Messajana (3ª Zona); Jacareganga, Pirambú (4ª Zona) e S. Gerardo e Monte Castelo (5ª Zona).

XVIII- O serviço de Inspeção do Ensino do Interior não foi reestruturado, conforme desejávamos, continuando as deficiências nele encontradas.

O serviço de Inspeção do Ensino precisa sofrer uma modificação estrutural, aliás, apresentada a Exposição de motivos referentes a Reforma administrativa da Secretaria de Educação.

XIX- Trabalhos de organização administrativa visando melhorar o funcionamento de nossa máquina burocrática, quase sempre assoberbada por uma pletora de processos, ofícios, comunicações originais das mais longínquas regiões do Estado.

Introduziu-se no nosso sistema administrativo o seguinte sistema de fichário, o qual abrange:

a)- fichas individuais relativas à vida funcional de cada professora;

b)- fichas coletivas por unidade escolar graduada ou por cada um dos seus turnos relativos às professoras lotadas no Estabelecimento;

c)- ficha do prédio escolar, uma espécie de síntese da vida do estabelecimento, compreendendo dados históricos, localização, áreas, situação das salas de aula, condições higiênicas e sanitárias, etc.

d)- ficha de controle da fiscalização.

De um modo geral, a execução dos trabalhos administrativos esteve confiada à dedicação e experiência da Prof. Maria Edelvita Bessa de Carvalho, cuja capacidade de trabalho e amor à causa do ensino devem ser ressaltados e reconhecidos.

Acresce dizer que a prof. Maria Edelvita Bessa de Carvalho, como Assistente Técnico da D.F.O.E. esteve presente em tôdas as atividades de pesquisa e planejamento dos nossos trabalhos de reforma do ensino primário e normal.

No setor administrativo do Ensino Normal prestou-nos dedicada colaboração a Prof. Miriam de Justa Braga - Delegado do Ensino Regional do Ensino Rural.

XX- Em síntese:- Realizamos em dez (10) meses um trabalho de levantamentos, pesquisas e inquéritos capaz de proporcionar ao atual governo ou ao seu sucessor o conhecimento mais objetivo das realidades educacionais do nosso Estado.

Prestamos ao plano de reestruturação administrativa da Secretaria toda a nossa colaboração:

Efetuámos os planos de recuperação do ensino normal e primário do Estado. Chegámos a iniciar, a título experimental, os trabalhos de orientação do ensino, em cinco (5) Grupos da Capital. Quase todos os planos elaborados são do conhecimento de alguns renomados técnicos do I.N.E.P. e de autoridades incontestes do movimento educacional cearense.

Todavia, não poderíamos concluir êste relatório de prestação de serviços sem ressaltar a colaboração técnica voluntariamente prestada pela Da. Enir Caldeiras, renomada técnica do I.N.E.P. e ex. Diretora do Instituto de Educação de Curitiba à qual ficou devendo o ensino normal cearense o valor de sua reconhecida experiência educacional no Sul do País.